

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, EM REGIME DE NÃO EXCLUSIVIDADE, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada, em regime de não exclusividade, para prestação de serviços de locação de 01 (um) veículo automotor, com o fornecimento de equipamento específico para monitoramento em tempo real (Rastreador), manutenção, limpeza, seguro e quilometragem livre, pelo período de 06 (seis) meses.

1.2. A locação do veículo objeto deste Termo de Referência será realizada sem fornecimento de motorista, destinando-se exclusivamente ao uso institucional da IQUEGO, sendo a condução permitida apenas por servidores formalmente autorizados, nos termos das normas internas e da legislação de trânsito vigente.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente solicitação decorre do processo contínuo de ampliação e diversificação estratégica do portfólio de produtos da IQUEGO, que, além das tradicionais tiras reagentes para glicosímetro e do repelente de insetos em spray recentemente incorporado, encontra-se em fase avançada de prospecção, planejamento e estruturação para a inserção de novos produtos destinados ao Sistema Único de Saúde – SUS, com destaque para o óleo medicinal derivado de Cannabis sativa L., padronizado em canabidiol (CBD), desenvolvido em estrita conformidade com a regulamentação vigente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e inserido no escopo do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica – CEAF.

2.2. Esse movimento de expansão tem exigido o fortalecimento do relacionamento institucional com prefeituras municipais, secretarias municipais de saúde e demais órgãos públicos locais, o que implica deslocamentos frequentes e contínuos a diversas regiões do Estado de Goiás para fins de apresentação técnica dos produtos, articulação de parcerias público-institucionais, acompanhamento de demandas e alinhamento operacional com os gestores do SUS em nível municipal.

2.3. Nesse contexto, a disponibilidade do veículo adequado mostra-se medida eficiente sob os aspectos administrativo, econômico e logístico, permitindo o adequado desempenho das atribuições estratégicas do setor comercial, com otimização do tempo, racionalização de custos indiretos e maior previsibilidade operacional nas agendas institucionais da empresa, especialmente durante o período de intensificação das ações comerciais e institucionais.

2.4. Ressalta-se que a presente demanda encontra amparo nos princípios da economicidade, eficiência e interesse público, previstos na Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), bem como na própria função social da IQUEGO enquanto empresa pública estadual, cuja atuação requer suporte operacional compatível com a relevância estratégica de suas áreas finalísticas e com a amplitude territorial de sua atuação.

Esclarece-se, ainda, que o veículo objeto desta solicitação terá uso estritamente institucional e corporativo, ficando exclusivamente vinculado às atividades comerciais, técnicas e de representação oficial da IQUEGO, em estrita observância às normas internas de controle patrimonial, gestão de frota e responsabilização administrativa aplicáveis.

3. PLANILHA DE QUANTITATIVO E PREÇO ESTIMADO

3.1. Quantidade e Preços

ITEM	TIPO DE VEÍCULO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR PARA 06 (SEIS) MESES (R\$)
1	VEÍCULO SEDÃ MÉDIO	UNID	1	3.835,63	23.013,78
VALOR GLOBAL (R\$)					23.013,78

O preço estimado foi elaborado pela Assessoria de Compras Governamentais, conforme mapa de cotações nº 12/2026-ACG.

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

4.1. A empresa participante poderá ofertar mais de uma **MARCA/MODELO** de veículo, cabendo à Contratante a escolha do veículo que atenderá as suas necessidades, devendo ser entregue de acordo com as seguintes classificações e especificações mínimas:

4.1.1. **SEDAN MÉDIO**, conforme descrições abaixo:

- **Tipo de veículo:** Sedã médio, de acordo com as demandas de mobilidade, logística e representação institucional;
- **Ano de fabricação:** 2023 ou superior;
- **Motorização:** 1.4 ou superior;
- Injeção eletrônica;
- Câmbio com mínimo de 5 (cinco) marchas à frente e 1 (uma) à ré;
- Combustível: Flex (etanol/gasolina);
- Emissões máximas de acordo com o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE);
- Cor: Sólida, preferencialmente branca;
- Equipamentos de segurança obrigatórios conforme CTB e Resoluções do CONTRAN;
- Garantia de assistência técnica, com facilidades de manutenção preventiva e corretiva, sob a responsabilidade da Contratada;
- **Capacidade de passageiros:** Deve possuir capacidade mínima para 5 ocupantes (motorista + 4 passageiros), com cintos de segurança para todos os assentos;
- **Espaço interno:** Deve oferecer conforto e espaço suficiente tanto para passageiros quanto para acomodação de volumes/materiais leves no porta-malas;
- **Itens de segurança:**
 - a) Sistema de freios ABS
 - b) Airbags
 - c) Apoios de cabeça e cintos de três pontos em todos os assentos
 - d) Encostos de cabeça ajustáveis
 - e) Sistema de controle de estabilidade e tração
- **Itens de conforto e conveniência:**
 - a) Ar-condicionado
 - b) Direção assistida

- c) Vidros e travas elétricos
- d) Desembaçador traseiro
- e) Volume mínimo do porta-malas de 440 litros

5. DO MONITORAMENTO DO VEÍCULO

5.1. O fornecimento/instalação e manutenção do referido sistema é de total responsabilidade da CONTRATADA, e os custos deverão ser previstos na locação mensal;

5.2. Os equipamentos de rastreamento a serem utilizados na prestação dos serviços deverão estar com a certificação da ANATEL válida.

6. PRAZOS, RECEBIMENTO E EXECUÇÃO

6.1. O(s) serviço(s) será(ão) recebido(s) da seguinte forma:

6.1.1. Definitivamente: por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

6.2. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito desempenho do serviço, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da prestação dos mesmos.

6.3. O objeto será executado após a emissão de ordem de serviço de acordo com a solicitação do (a) fiscal do contrato.

6.4. Verificando-se defeito(s) na execução do(s) serviços(s), a CONTRATADA será notificada para saná-lo(s), parcialmente ou na sua totalidade, a qualquer tempo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, às suas expensas, ainda que constatado depois do recebimento definitivo.

6.5. A recusa injustificada da CONTRATADA em executar o objeto no prazo estipulado caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas em lei, exceção feita aos licitantes remanescentes que se negarem a aceitar a contratação.

6.6. Para fins de recebimento definitivo e avaliação da conformidade da execução contratual, serão observados, no mínimo, os seguintes critérios objetivos:

- I - Disponibilidade mínima do veículo locado em 95% (noventa e cinco por cento) do período mensal, desconsideradas as paradas programadas para manutenção preventiva;
- II - Funcionamento contínuo do sistema de rastreamento e monitoramento em tempo real, com índice mínimo de disponibilidade mensal de 99% (noventa e nove por cento);
- III - Atendimento aos prazos máximos de manutenção, substituição e disponibilização de veículo reserva previstos neste Termo de Referência;
- IV - Conformidade do veículo com todas as especificações técnicas exigidas;
- V - Regularidade da documentação, seguro e licenciamento durante toda a vigência contratual.

Parágrafo único: O não atendimento aos critérios acima poderá ensejar rejeição do serviço, aplicação de sanções contratuais e demais medidas previstas em lei.

7. PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. Os recursos para o custeio das despesas oriundas desta contratação estão assegurados através da seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentaria	Fonte	Natureza	Valor
2026.3190.10.122.4200.4243.03.15000100.90.0000	15000100	3.3.90.33.04	23.013,78

7.2. A nota Fiscal/ Fatura será emitida até o quinto dia útil do mês seguinte ao da prestação dos serviços e encaminhada ao fiscal do contrato para atesto.

- 7.3. Após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, diante da verificação e aceitação do objeto pelo (a) fiscal do contrato, mediante o ateste do documento.
- 7.4. A efetivação do pagamento ficará condicionada à comprovação, por parte da CONTRATADA, da manutenção de todas as condições habilitatórias exigidas.
- 7.5. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.
- 7.6. O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA, através de emissão de Ordem Bancária no estabelecimento bancário indicado em sua proposta comercial.
- 7.7. Serão descontados na ocasião do pagamento os tributos previstos para serem retidos na fonte, conforme previsão legal.
- 7.8. Considerando o prazo contratual de 06 (seis) meses e a natureza da contratação, não haverá reajuste de preços durante a vigência do contrato, nos termos do art. 69 da Lei nº 13.303/2016, estando os valores pactuados fixos e irrevogáveis.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Responder, exclusivamente, por todos os encargos decorrentes da execução do ajuste, tais como: obrigações civis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias assim como despesas com transporte distribuição e quaisquer outras que incidam sobre a contratação.
- 8.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, no que referir-se ao objeto, atendendo prontamente a quaisquer reclamações.
- 8.3. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas, sem ônus para a CONTRATANTE, caso verifique que os mesmos não atendem as especificações deste Termo de Referência.
- 8.4. Comunicar, por escrito e imediatamente, ao fiscal responsável pelo contrato, qualquer motivo que impossibilite execução dos serviços, nas condições pactuadas.
- 8.5. Refazer, sem custo para a CONTRATANTE, todo e qualquer procedimento, se verificada incorreção e constatado que o erro é da responsabilidade da CONTRATADA.
- 8.6. Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.7. Responsabilizar-se-á pela execução dos serviços conforme condições acordadas.
- 8.8. Encaminhar à CONTRATANTE a Nota Fiscal/Fatura juntamente com os documentos de regularidade fiscal e trabalhista após a execução dos serviços.
- 8.9. Executar todos os serviços especificados neste Termo de Referência.
- 8.10. Solicitar autorização da CONTRATANTE para efetuar os pagamentos de quaisquer despesas acessórias porventura especificadas neste Termo de Referência.
- 8.11. Empregar, na execução dos serviços, profissionais capacitados e especializados.
- 8.12. Cumprir os prazos de entrega determinados neste Termo de Referência;
- 8.13. Disponibilizar os veículos em no máximo 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de serviço;
- 8.14. Entregar o veículo em Goiânia, no local a ser indicado pela Contratante, em perfeitas condições de funcionamento e uso, com documentação atualizada, **licenciados no Estado de Goiás**, sendo a locação livre de quilometragem, tributos, encargos sociais e trabalhistas;
- 8.15. Caso o veículo apresentar defeitos, alterações e irregularidades e/ou apresentarem quaisquer características discrepantes às descritas neste Termo de Referência, ainda que constatados depois do recebimento, a Contratada será notificada para saná-los ou substituí-los, parcialmente ou na sua totalidade, a qualquer tempo, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, às suas expensas.
- 8.16. Responsabilizar-se por realizar a imediata e tempestiva manutenção preventiva e corretiva do veículo disponibilizado, mantendo o mesmo em perfeito estado para a prestação dos serviços contratados, observando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para manutenção e

substituição, contadas a partir da disponibilização formal do veículo, feita pelo fiscal do contrato, à Contratada;

8.17. Responsabilizar-se pelo socorro mecânico com guincho, bem como pela manutenção preventiva e corretiva, entendendo-se preventiva aquela constante no plano de manutenção do fabricante (descrita no manual do veículo) e corretiva aquela destinada ao reparo de defeitos que ocorram de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas e quaisquer outras despesas que, direta ou indiretamente, incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto deste Termo de Referência;

8.18. Disponibilizar, 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, serviço de socorro para transporte e deslocamento de veículo e condutor, nos casos de defeitos e/ou acidentes, de modo a proporcionar atendimento imediato;

8.19. Disponibilizar veículo reserva com as mesmas características técnicas contidas neste instrumento, emplacado no Estado de Goiás, para comportar eventual substituição por indisponibilidade (incluindo as movimentações para manutenções, revisões e limpezas), de modo a garantir a continuidade do serviço, respeitado, todavia, o prazo de 04 (quatro) horas, contadas a partir da comunicação escrita feita pelo fiscal do contrato;

8.20. Proceder ao rodízio de pneus a cada 5.000 (cinco mil) Km, bem como a verificação do balanceamento do conjunto: roda/pneus, e conferência do alinhamento da direção; os pneus deverão ser substituídos quando apresentarem risco, ou quando a profundidade dos sulcos da banda de rodagem estiver próxima de 3 mm, sendo que a identificação deste item é feita pela TWI (*Thread Wear Indicators*).

8.21. Substituir o veículo com no máximo 48 (quarenta e oito) meses de uso, a contar da data da entrega;

8.22. A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito cometidas na condução do veículo locado e solicitar o reembolso dos valores junto à Contratante, caso não seja efetuado pelo condutor;

8.23. Antes de realizar o pagamento, a CONTRATADA deverá aguardar a conclusão dos processos referentes aos recursos previstos pela legislação;

8.24. A CONTRATADA deverá encaminhar à Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as notificações emitidas pelos órgãos de trânsito, de modo a resguardar o direito, por parte dos condutores, de interpor recursos;

8.25. Nos casos em que a Contratante não for notificada dentro do prazo supracitado, a CONTRATADA se responsabilizará integralmente pelo pagamento das importâncias referentes a multas, taxas e/ou despesas, inclusive com guincho e estadias, decorrente de infrações;

8.26. Assumir todas as despesas com o veículo de sua propriedade, inclusive as relativas à manutenção, impostos, taxas, licenciamentos, seguro geral e outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços ora contratados, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade jurídica ou financeira em quaisquer ocorrências;

8.27. Responsabilizar-se pela cobertura contra danos materiais e pessoais ocasionados a terceiros, já incluída no valor mensal da locação, devendo disponibilizar o veículo com, no mínimo, seguro contra acidentes a terceiros, sem franquia, e havendo franquia essa ficará a cargo da CONTRATADA, com no mínimo:

8.27.1. CONDIÇÕES GERAIS PARA CONTRATAÇÃO DE SEGURO - VEÍCULOS MÉDIOS*				
1 -	MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO: VALOR DETERMINADO OU VALOR MERCADO REFERENCIADO - VMR (100% TABELA FIPE)			
2 -	COBERTURA: Colisão, Incêndio, roubo e furto, RCF-V e APP-V			
3 -	Responsabilidade civil facultativa - veículo - RCF-V:			
	3.1 -	Danos materiais -	R\$80.000,00	
	3.2 -	Danos corporais -	R\$80.000,00	
4 -	ACIDENTES PESSOAIS PASSAGEIROS:			

	4.1 -	Morte por pessoa	R\$10.000,00	
	4.2 -	Invalidez Permanente Por/Pessoa	R\$10.000,00	
	4.3 -	Despesas Médicos Hospitalares P/ pessoa	Sem cobertura	

8.28. Disponibilizar à Contratante meios de acesso e contatos imediatos para sanar ou resolver qualquer situação que possa ocorrer com o veículo e a prestação do serviço;

8.29. A CONTRATADA fica com total responsabilidade pela idoneidade de seus atos referentes às legislações vigentes para a execução do serviço;

8.30. Manter todas as condições legais, tributárias, previdenciárias, trabalhistas, operacionais, administrativas, financeiras, comerciais e demais situações para a prestação dos serviços deste objeto;

8.31. Deverá informar de imediato à Contratante qualquer situação e/ou alterações que venham a interferir na prestação de serviço, ou até mesmo no impedimento da continuidade do serviço a ser prestado;

8.32. A Contratada deverá providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas, sem ônus para a CONTRATANTE, caso verifique que os mesmos não atendem as especificações do Termo de Referência e contrato;

8.33. A Contratada fica responsável por sanar eventuais pendências, divergências, distorções na prestação do serviço, documentações etc., para o andamento do processo.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Dar conhecimento à CONTRATADA de quaisquer fatos que possam afetar a execução do objeto.

9.2. Emitir a correspondente Ordem de Serviço, com todas as informações necessárias, em favor da CONTRATADA.

9.3. Verificar se os serviços executados pela CONTRATADA atendem todas as especificações contidas neste Termo de Referência e Anexos.

9.4. Notificar à CONTRATADA, formalmente, caso a execução do objeto esteja em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e Anexos, para que essa proceda às correções necessárias.

9.5. Efetuar, em favor da CONTRATADA o pagamento, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

9.6. Disponibilizar todas as informações necessárias para a correta execução do objeto.

9.7. Encaminhar à Contratada, por escrito, solicitação do veículo e indicação do local de entrega, conforme demanda;

9.8. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências, desde que respeitadas às normas de segurança;

9.9. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada;

9.10. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa Contratada, assegurando a boa prestação e o bom desempenho dos serviços prestados;

9.11. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio do fiscal do Contrato, exigindo seu fiel e total cumprimento;

- 9.12. Notificar, formal e tempestivamente, à Contratada sobre irregularidades observadas nos veículos entregues ou no serviço prestado.
- 9.13. Determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.
- 9.14. Emitir ordem de serviço estabelecendo dia, hora, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;
- 9.15. Indicar pessoa (s) responsável (is) pela fiscalização do contrato;
- 9.16. Receber o veículo verificando o atendimento quanto às normatizações do Código de Trânsito Brasileiro, quantidade de combustível disponível, cabendo relatório, conforme o caso, e estado geral do veículo;
- 9.17. Devolver o veículo com a mesma quantidade de combustível recebida na retirada;
- 9.18. Permitir a condução do veículo somente por servidores oficialmente autorizados;
- 9.19. Fornecer, em tempo hábil, elementos suficientes e necessários à execução dos serviços contratados;
- 9.20. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência;
- 9.21. Exercer a fiscalização dos serviços por profissionais especialmente designados;
- 9.22. Não sublocar/ceder o veículo objeto deste Termo de Referência;
- 9.23. Recolher o veículo, após a jornada de trabalho nas instalações dos Órgãos/Entidade, salvo exceções necessárias por motivos operacionais, oficialmente autorizadas, conforme especificado em Decreto;
- 9.24. Registrar a utilização, controle e gestão do veículo, por ordem de tráfego.
- 9.25. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa contratada.
- 9.26. Quando do recebimento da notificação de infração, identificar de imediato o condutor, ou, devolver a notificação à CONTRATADA, caso a infração seja de sua responsabilidade.
- 9.27. Ingressar com recurso em tempo hábil quando não houver concordância de sua parte, ou do servidor condutor, na aplicação da infração;
- 9.28. Quando ocorrer avarias e sinistros a CONTRATANTE é a responsável por:
- 9.29. Em caso de sinistro, notificar a CONTRATADA imediatamente sobre o fato e encaminhar cópia do Boletim de Ocorrência, bem como Fotos e Laudo Pericial (quando existirem);
- 9.29.1. O Laudo Pericial deve ser solicitado pela CONTRATANTE no local do acidente, sempre que houver vítima fatal.
- 9.29.2. Quando os sinistros envolverem terceiros, o Boletim de Ocorrência deve conter declaração de todos os envolvidos;
- 9.29.3. Responsabilizar-se financeiramente pelos sinistros e avarias decorrentes de imperícia, imprudência, negligência, mau uso, dolo, e atos ilícitos de seus servidores quando comprovados, mediante processo administrativo, devidamente instruído com no mínimo os seguintes documentos:
- a) Boletim de Ocorrência;
 - b) Ordem de tráfego;
 - c) Relatório com informações do sistema de rastreamento e monitoramento;
 - d) Três orçamentos de cotações de preços (que comprovem que os equipamentos e serviços constantes utilizados pela empresa correspondem aos valores praticados no mercado);
 - e) Notas fiscais das empresas que prestaram os serviços e/ou forneceram peças, e;
 - f) Demais documentos necessários à comprovação da negligência, imperícia, imprudência, dolo, ou ato ilícito do servidor.

9.29.4. Não serão passíveis de ressarcimento as despesas referentes a manutenções por desgastes que decorram da utilização continuada do bem e do decurso de tempo;

9.30. No término dos serviços, o veículo deve ser devolvido à CONTRATADA, após realização de inspeção pela CONTRATADA e acompanhada por representante da CONTRATANTE. Caso sejam constatadas avarias que não sejam do uso comum do veículo, sendo por mau uso, negligência, imprudência, imperícia, dolo, atos ilícitos e/ou decorrentes de instalação de acessórios ou equipamentos pela CONTRATANTE, será elaborado relatório técnico com apresentação pela CONTRATADA de 03 (três) orçamentos para os reparos necessários e consequente pagamento pela CONTRATANTE.

10. REQUISITOS TÉCNICOS

10.1. A Contratada deverá apresentar prospectos do veículo, juntamente com a proposta comercial;

10.2. Comprovação da aptidão no desempenho de atividade pertinente compatível em características com o objeto desta licitação, por intermédio de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante prestou ou está prestando serviços de locação de veículos automotores, com resultado satisfatórios e efetivos.

11. VIGÊNCIA CONTRATUAL

11.1. O Contrato terá vigência de 06 (seis) meses, a contar da data de sua assinatura.

12. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato será acompanhado pelo Gestor e Fiscal do Contrato, ou seus respectivos substitutos, formalmente designados por Portaria, responsáveis pela fiscalização, acompanhamento e verificação da perfeita execução contratual, em todas as fases até a finalização do contrato, observadas as disposições contidas no Decreto Estadual nº 10.216/2023.

12.2. A gestão e fiscalização será realizada por servidores(as) a serem designados formalmente mediante Portaria.

12.3. As atribuições do gestor(a) do contrato estão definidas no artigo 22 do Decreto Estadual nº 10.216/2023.

12.4. As atribuições do fiscal do contrato estão delimitadas pelos artigos 23, 24 e 25 do Decreto Estadual nº 10.216/2023.

12.5. A fiscalização por parte da IQUEGO não exclui e nem restringe a responsabilidade da Contratada na execução dos serviços

13 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.1. A empresa ou entidade interessada deverá apresentar, no mínimo, uma (01) declaração de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução ou prestação de serviços compatíveis com o objeto desta contratação;

13.2. O Atestado deverá conter o nome do responsável pela empresa/órgão público emitente, número do CNPJ e telefone válido para contato.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - A Contratante pode aplicar as sanções administrativas previstas na Lei nº 13.303/16 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, às empresas ou profissionais que com ela negociem e contratem, pela prática de atos ilícitos ou atos que causem ou tenham potencial de causar prejuízos à IQUEGO.

14.2 - De acordo com a gravidade do ato praticado, a Contratante poderá, garantida a prévia defesa, a aplicação das seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa moratória;

III - multa compensatória;

IV - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a IQUEGO e suspensão e impedimento de inscrição cadastral, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

V - impedimento de Licitar e Contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme previsto no Decreto Estadual nº 10.247/2023.

14.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 - A natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 - As peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 - Os danos que dela provierem para a Contratante.

14.4 - A inexecução parcial ou total do contrato poderá implicar sua rescisão, além das cominações legais cabíveis, à multa de mora graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

14.4.1 - no caso de inexecução parcial, multa nunca inferior a 10% ou superior a 20% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

14.4.2 - no caso de inexecução total, multa nunca inferior a 20% ou superior a 30% sobre o valor do contrato; 1

4.5 - As multas serão descontadas, dos pagamentos eventualmente devidos pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

14.6 - As sanções previstas nos itens 14.2 poderão ser aplicadas concomitantemente com as do item 14.4 e seus subitens.

15. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

15.1. A CONTRATADA, de posse de quaisquer dados da CONTRATANTE que lhe forem repassados em decorrência deste contrato e que estejam protegidos pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e demais normas aplicáveis, não poderá divulgá-los e/ou transmiti-los a terceiros sem a devida autorização expressa da CONTRATANTE ou, quando aplicável, do respectivo titular dos dados.

15.2. A CONTRATADA obriga-se a observar integralmente todas as disposições da Lei nº 13.709/2018, suas alterações posteriores, bem como normas e orientações expedidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), devendo, ainda, informar à CONTRATANTE o nome e os dados de contato de seu Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO), nos termos da legislação.

15.3. A CONTRATADA compromete-se a comunicar à CONTRATANTE, de forma imediata e documentada, qualquer incidente de segurança, suspeita ou efetivo vazamento de dados pessoais tratados em razão da execução deste contrato, indicando as medidas adotadas para contenção e mitigação dos impactos.

15.4. Na hipótese de descumprimento pela CONTRATADA das obrigações previstas nesta cláusula ou das disposições da Lei nº 13.709/2018, esta ficará sujeita às sanções administrativas previstas na legislação aplicável, sem prejuízo da responsabilidade civil e contratual, facultando-se à CONTRATANTE o direito de pleitear reparação por eventuais danos, prejuízos ou condenações decorrentes de falhas imputáveis à CONTRATADA.

15.5. A CONTRATADA obriga-se a adotar todas as medidas técnicas e administrativas adequadas à proteção dos dados pessoais tratados em decorrência deste contrato, observando os princípios da segurança da informação, confidencialidade, integridade e disponibilidade, sob pena de responder pelos danos causados em caso de negligência, imperícia ou imprudência no tratamento de tais dados.

16. MATRIZ DE RISCOS

A presente Matriz de Riscos identifica os principais riscos associados à contratação de empresa especializada para a locação de veículo automotor com rastreador, definindo a alocação de responsabilidades, bem como medidas preventivas e mitigadoras, com vistas a assegurar a adequada execução contratual, nos termos do art. 69 da Lei nº 13.303/2016 e das boas práticas de governança e gestão de contratos.

16.1. Identificação e Alocação de Riscos

Nº	RISCO IDENTIFICADO	PROBABILIDADE	IMPACTO	RESPONSÁVEL	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO / CONTROLE
1	Atraso na disponibilização do veículo	Média	Médio	Contratada	Estabelecer prazo máximo para entrega no contrato; aplicação de penalidades por atraso; acompanhamento pelo gestor/fiscal do contrato
2	Veículo entregue em desacordo com as especificações técnicas	Média	Alto	Contratada	Conferência técnica no recebimento; previsão de substituição imediata; rejeição do objeto em caso de não conformidade
3	Falha ou indisponibilidade do sistema de rastreamento em tempo real	Média	Alto	Contratada	Cláusula contratual exigindo funcionamento contínuo; manutenção corretiva imediata; registro de ocorrências e aplicação de sanções
4	Manutenção inadequada do veículo durante a vigência contratual	Baixa	Alto	Contratada	Exigência de manutenção preventiva e corretiva; fiscalização periódica; substituição do veículo, se necessário

5	Interrupção do serviço por falência ou incapacidade operacional da contratada	Baixa	Alto	Contratada	Exigência de regularidade fiscal e econômico-financeira; previsão de rescisão e contratação emergencial
6	Sinistro, furto ou roubo do veículo	Média	Alto	Contratada	Seguro total obrigatório; cláusula de reposição imediata do veículo; isenção de ônus para a Contratante
7	Uso inadequado do veículo por agentes da Contratante	Baixa	Médio	Contratante	Orientação interna sobre uso adequado; controle de utilização; responsabilização administrativa
8	Falhas na fiscalização contratual	Baixa	Médio	Contratante	Designação formal de gestor e fiscal; registro sistemático das ocorrências; capacitação dos responsáveis
9	Aumento de custos não previstos durante a execução	Baixa	Médio	Contratada	Contrato a preço fixo; vedação de reajustes durante o período de 6 meses
10	Descumprimento das obrigações contratuais acessórias (limpeza, documentação, seguro)	Média	Médio	Contratada	Checklist de obrigações; fiscalização contínua; aplicação de sanções administrativas

11	Impugnação do edital ou interposição de recursos administrativos em razão de alegações de direcionamento ou excesso de especificações	Média	Médio	Contratante	Revisão prévia do Termo de Referência; resposta tempestiva e motivada às impugnações; observância aos princípios da competitividade, isonomia e motivação

16.2. Diretrizes Gerais

- Os riscos relacionados à execução, manutenção, seguro, rastreamento e substituição do veículo são integralmente atribuídos à CONTRATADA, por se tratarem de atividades inerentes ao objeto contratado.
- Os riscos relacionados à gestão e fiscalização do contrato são atribuídos à CONTRATANTE, devendo ser mitigados por meio de controles administrativos e acompanhamento sistemático.
- Eventuais riscos não mapeados serão tratados conforme as regras contratuais, a legislação aplicável e os princípios da boa-fé, eficiência e continuidade do serviço.



Documento assinado eletronicamente por **JULLIANA PESSOA E SILVA, Assessor (a)**, em 10/03/2026, às 14:19, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL MORAES GODINHO, Assessor (a)**, em 10/03/2026, às 14:21, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **WEVERSON DE OLIVEIRA, Gerente**, em 10/03/2026, às 14:29, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **JAIR VICENTE DE MELO, Gestor (a)**, em 10/03/2026, às 14:33, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **87469818** e o código CRC **BEB0204E**.

	GERENCIA COMERCIAL AVENIDA ANHANGUERA 9827, S/C - Bairro IPIRANGA - GOIANIA - GO - CEP 74450-010 - (62)3235-2902.	
--	---	--



Referência: Processo nº 202600055000075



SEI 87469818